

EDUCAÇÃO POR UM PLANETA MAIS VERDE



EDITORIAL**P.3** EDUCAÇÃO POR UM PLANETA MAIS VERDE**AÇÃO SINDICAL****P.4** CONCURSOS DE DOCENTES COM INJUSTIÇAS**P.5** GRUPOS PARLAMENTARES DO BE E PSD REUNIRAM COM A FNE**P.6, P.7** RESOLUÇÃO DO SN DA FNE CHAMOU GOVERNO ÀS SUAS RESPONSABILIDADES**P.8** PRR: CNE RECOMENDOU AO GOVERNO ATRATIVIDADE E VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE**P.9** FNE LEMBROU O DESAFIO DA IGUALDADE DE GÉNERO NA EDUCAÇÃO**P.10, P.11** DECISÃO SOBRE VACINAÇÃO NA EDUCAÇÃO FOI RECEBIDA COM AGRADO PELA FNE; «É PRECISO PASSAR DAS PALAVRAS AO ATOS»**P.12, P.13** "POR UM PLANETA MAIS VERDE" FNE LANÇA CONCURSO NO DIA MUNDIAL DA ÁRVORE E DA FLORESTA**NA MINHA OPINIÃO****P.14** A INSUBSTITUÍVEL FUNÇÃO DA ESCOLA NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS**ENTREVISTA****P.15 À P.18** FRANCISCO FERREIRA, PRESIDENTE DA ZERO: "NÃO HÁ VACINA PARA AS CRISES AMBIENTAIS"**WEBINÁRIO****P.19** CARTAZ CICLO DE WEBINÁRIOS «QUE CAMINHOS PARA A ESCOLA NA PÓS-PANDEMIA» - MARGARIDA MANO**P.20, P.21** DAVID JUSTINO: "TEMOS QUE REJEITAR A PROLETARIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE"**P.22, P.23** NUNO CRATO: "O PROFESSOR TEM LUGAR GARANTIDO NO FUTURO DA EDUCAÇÃO"**NÃO DOCENTES****P.24** O TELETRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA – PARTE II**INTERNACIONAL****P.25, P.26** FNE NO ENCONTRO ANUAL DO COMITÉ PERMANENTE PARA A IGUALDADE DA ETUCE/CSEE**SAÚDE****P.27, P.28** EVITAR LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS**LEGISLAÇÃO****P.29, P.30** DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 FEV. A 25 MAR. DE 2021**+VANTAGENS FNE****P.31** HÁ +VANTAGENS EM SER ASSOCIADO(A) DOS SINDICATOS DA FNE**FICHA TÉCNICA**

MARÇO 2021

proprietário

Federação Nacional da Educação

diretor

João Dias da Silva

produção de conteúdos

Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado

Teresa Morais

sindicatos membros

Sindicato dos Professores da Zona Norte *

Sindicato dos Professores da Zona Centro *

Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo *

Sindicato Democrático dos Professores do Sul *

Sindicato Democrático dos Professores dos Açores *

Sindicato dos Professores da Madeira *

Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusíadas *

Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de

Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores,

Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro *

Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de

Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro

Joaquim Fernandes

redação

Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *

tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *

secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação

Rafael Marques e Tiago Soares



EDUCAÇÃO POR UM PLANETA MAIS VERDE

Como é que os educadores e professores portugueses e em todo o mundo podem ajudar a enfrentar desafios globais, como as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, ou o aumento das desigualdades?

Este é um desafio que não podemos deixar de enfrentar nestes tempos e sobre os quais se deve realizar trabalho consistente.

A FNE quer contribuir para este debate e para a promoção das ideias e das ações que forem mais ajustadas para ensinar aos alunos, nomeadamente a sustentabilidade, as mudanças climáticas e a defesa do meio ambiente.

A FNE defenderá que no trabalho a desenvolver com os alunos nas nossas escolas se inclua a educação ambiental, com a atribuição dos recursos que forem indispensáveis para o seu desenvolvimento. É necessário que cada aluno saia da escola com informação suficiente sobre a proteção do ambiente, numa abordagem interdisciplinar, baseada na ciência e abordando as dimensões éticas, culturais, políticas, sociais e económicas das mudanças climáticas. Este trabalho deverá incluir a contribuição desigual dos países para provocar mudanças climáticas e o impacto desigual das mudanças climáticas nos nossos dias, reconhecendo que alguns dos grupos e populações mais vulneráveis são os mais diretamente afetados.

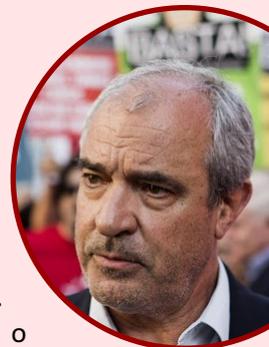
A educação ambiental contribuirá para a promoção entre os alunos do pensamento crítico e do envolvimento cívico que acentue

o facto de que o sistema atual é injusto e que os níveis de produção e consumo são insustentáveis. Esta ação deverá permitir o desenvolvimento de um espírito transformador e que capacite os alunos para agirem nas suas comunidades, fornecendo-lhes os conhecimentos e as competências para um futuro mais sustentável.

A formação de professores – inicial e contínua - terá de incluir os elementos que lhes permitam intervir no sentido de promoverem uma educação de qualidade sobre o ambiente e sobre as mudanças climáticas.

A FNE vai estar envolvida, dentro desta linhas de orientação, na elaboração de um Manifesto Mundial do movimento sindical a propósito da Educação pela Terra.

É neste quadro que a FNE e a AFJET – Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho – acabam de lançar um concurso nacional dirigido a todos os alunos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, sob o lema “Por um Planeta Mais Verde”. Estamos certos de que muitos Docentes não deixarão de aproveitar esta ferramenta para trabalharem com os seus alunos sobre estas temáticas, promovendo a sua participação nesta iniciativa, e desta forma acentuarem a consciência das mudanças que se estão a operar no planeta e da nossa responsabilidade para uma atuação proativa nestes domínios.



João Dias da Silva

João Dias da Silva
Secretário-Geral



CONCURSOS DE DOCENTES COM INJUSTIÇAS

A FNE lamentou através de um comunicado que os concursos de docentes (Interno e Externo) não garantem "condições de justiça e estabilidade" aos professores nem resposta às necessidades de funcionamento das escolas.

Esta foi, segundo a FNE, "mais uma oportunidade perdida" pois os concursos continuam a não considerar a totalidade das necessidades efetivas das escolas, o que vai conduzir a que tenham de vir a ser colocados milhares de docentes contratados em agosto próximo, renovando dessa forma o recurso à precariedade que é uma das marcas negativas do nosso sistema educativo".

No mesmo comunicado, a FNE registou o aumento de vagas para lugares dos quadros, mas considerou-as insuficientes insistindo ainda na crítica à "excessiva dimensão" do número de docentes integrados nos quadros de zona pedagógica, territórios que afirmou serem "muito extensos, o que se traduz em efetiva instabilidade".

Ficou ainda o lamento de que o Ministério da Educação tenha deixado passar a oportunidade para atender à reivindicação da FNE de "reduzir a dimensão geográfica dos quadros de zona pedagógica, promovendo a sua redefinição, diminuindo o impacto negativo que tem na organização pessoal, familiar e profissional dos professores e educadores e, conseqüentemente, nas próprias escolas".

Foi ainda defendido pela FNE que concursos continuam a não considerar a totalidade das necessidades efetivas das escolas, "o que vai conduzir a que tenham de vir a ser colocados

milhares de docentes contratados em agosto próximo, renovando dessa forma o recurso à precariedade".

Existem ainda preocupações também relativamente a "a outros fatores de injustiça que vão repetir-se nestes concursos", como é o caso do enquadramento para o mecanismo de mobilidade interna, uma vez que o Ministério da Educação considera apenas os horários completos com a FNE a acrescentar que "a consideração também de horários incompletos reduziria fatores de injustiça entre os diferentes momentos de colocação de docentes". Também o reconhecimento do direito à vinculação deve ter um novo enquadramento que permita que se elimine a dimensão da precariedade no funcionamento do sistema educativo.

A FNE deixou portante o alerta de que "já apresentámos propostas concretas de alteração para a legislação de concursos e espera que a negociação desta matéria possa ocorrer o mais rapidamente possível",.

Em causa estão os dois concursos de professores: o concurso interno, para docentes dos quadros que querem mudar de escola e o concurso externo, destinado a professores contratados que pretendem ingressar em quadros de zona pedagógica.

Esta situação é, para a FNE "o assumir, uma vez mais, que os fatores financeiros se sobrepõem ao necessário investimento na qualidade da educação. É mais uma oportunidade perdida, cujo custo, apesar da difícil quantificação no imediato, iremos constatar no futuro próximo".

GRUPOS PARLAMENTARES DO BE E PSD REUNIRAM COM A FNE

Os Grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda (BE) e do Partido Social Democrata (PSD) reuniram em março com a FNE em dois encontros que serviram para a FNE apresentar as suas preocupações pela ausência de resposta do Ministério da Educação em relação à necessidade de abertura de processos negociais que visem o estabelecimento de legislação que combata e elimine situações que marcam negativamente, quer o exercício profissional docente, quer o desenvolvimento da carreira dos educadores e professores portugueses.

A pandemia de COVID-19, tal como sabemos, teve como consequência a necessidade de se adotar uma multiplicidade de difíceis medidas legislativas de emergência, também na área da Educação, o que conduziu à quebra de condições para o lançamento de processos negociais que a FNE vinha reclamando.

A FNE fez ver aos dois grupos parlamentares que, independentemente da contínua monitorização que deve ser feita sobre as condições em que se garante, ou remota ou presencialmente, o processo de ensino-aprendizagem nas nossas escolas, e da contínua adaptação legislativa que se tornar necessária, não pode persistir a interrupção dos processos negociais que devem ter em vista a solução de problemas identificados, conhecidos e a aguardarem solução.

Foi neste quadro que a FNE considerou urgente a abertura de processos negociais – para os quais

já apresentou propostas ao Ministério da Educação sobre:

- . Valorização do desenvolvimento da carreira docente
- . Melhoria das condições e horários de trabalho
- . Eliminação de todos os fatores de precariedade

Estas são matérias que estão há muito identificadas como carecendo de intervenção legislativa, por constituírem fatores de perturbação, de insatisfação e de exaustão dos docentes portugueses. No entanto, a FNE não prescindirá do direito de consulta e participação em relação a todas as outras matérias que envolvam a qualidade do sistema português de educação e formação.

A FNE quer através destas iniciativas com os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, demonstrar a disponibilidade da federação para um diálogo regular e o quanto importante é dar voz e participação às organizações sindicais que representam os docentes e não docentes e que a desvalorização do diálogo, negociação e concertação social complicam ainda mais uma trajetória adequada e de inclusão do sistema educativo, nesta já tão difícil conjuntura que atravessamos.

A FNE quer através destas iniciativas com os Grupos Parlamentares representados na Assembleia da República, demonstrar a disponibilidade da federação para um diálogo regular.



fne
www.fne.pt

REUNIÕES FNE COM
GRUPOS PARLAMENTARES

Bloco
de Esquerda

PSD
PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

RESOLUÇÃO DO SN DA FNE CHAMOU GOVERNO ÀS SUAS RESPONSABILIDADES

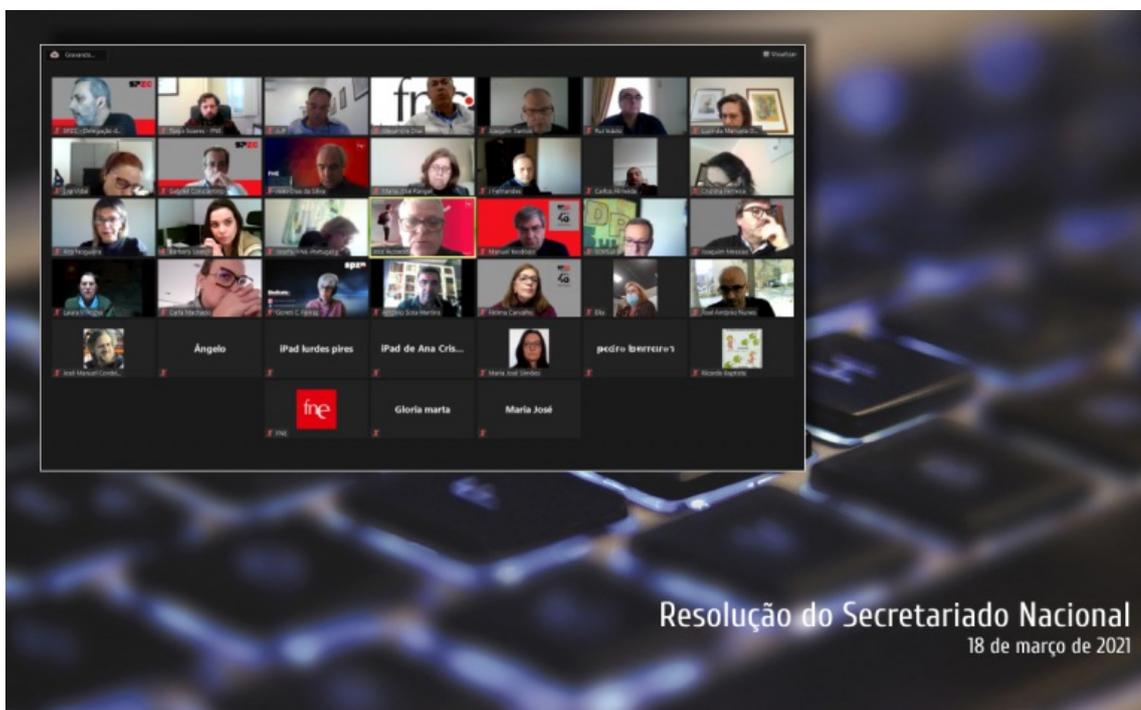
A 18 de março, o Secretariado Nacional (SN) da FNE aprovou uma resolução que deixava uma análise à situação atual no sistema educativo. No documento, a FNE deliberava orientações relativas a vários temas.

Prudência, confiança e segurança. A FNE assumiu através da resolução do SN a importância do regresso ao ensino presencial, mas reforçou que apenas cumprindo estes três fatores estarão asseguradas as condições para que se evite um novo confinamento sublinhando ainda a necessidade de que todos os educadores, professores e trabalhadores não docentes sejam vacinados, em todos os níveis de ensino, da educação pré-escolar ao ensino superior, em todos os setores, público, privado e social, seja no Continente, seja nas Regiões Autónomas. Idêntica preocupação de vacinação deve abranger os docentes do Ensino Português no Estrangeiro (EPE), para o que, segundo a FNE, devem ser feitas as necessárias diligências diplomáticas, para que estes sejam vacinados em prioridade idêntica à dos professores dos países de acolhimento.

O recurso circunstancial ao ensino híbrido é uma medida aceite e ponderada, o que levou a FNE a pedir uma definição do enquadramento adequado para docentes e não docentes pertencentes a grupos de risco.

No que concerne aos concursos de docentes para o ano letivo de 2021/2022, a resolução contém uma responsabilização clara do Ministério da Educação quanto às injustiças que estes contêm, ficando ainda o recado escrito de que "estas só se mantêm porque não foram devidamente acolhidas as propostas da FNE no sentido de as eliminar", considerando imprescindível que se inicie logo que possível a negociação da revisão do regime de concursos, para que possa ter efeito já para os de 2022/2023, de forma a eliminar todos os fatores de injustiça, de insegurança e de desconfiança, com respeito pela lista graduada nacional.

O recurso circunstancial ao ensino híbrido é uma medida aceite e ponderada, o que levou a FNE a pedir uma definição do enquadramento adequado para docentes e não docentes pertencentes a grupos de risco.



www.fne.pt

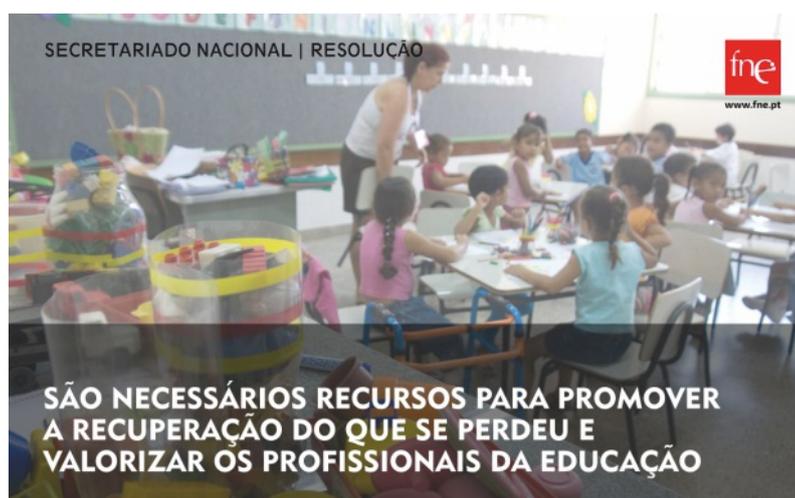
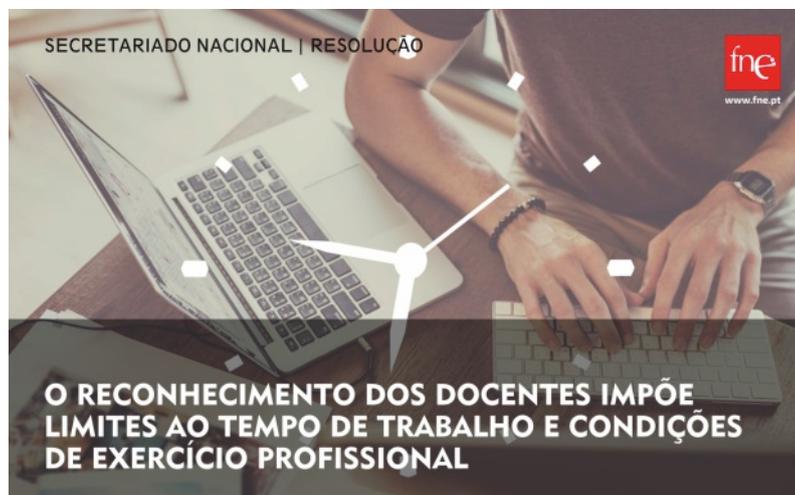
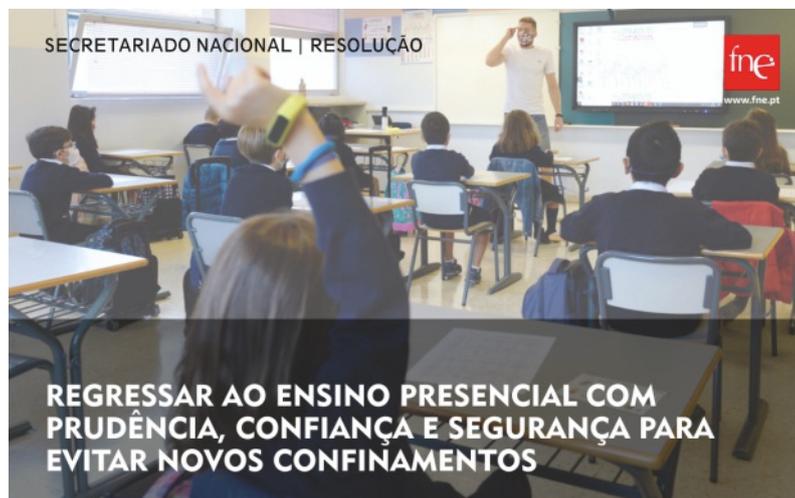
A questão dos limites ao tempo de trabalho e condições de exercício profissional, não ficou em branco para a FNE nesta resolução. Para isso ser evitado "a distribuição do serviço aos docentes deve estar focada nas aprendizagens dos alunos, não devendo ser-lhes atribuídas tarefas que os desviem desse primeiro objetivo sublinhando ainda que, nessa distribuição de serviço a docentes, devem ser eliminadas todas as tarefas desnecessárias". A FNE acrescenta que "a ser necessário o recurso ao ensino remoto, defendemos que deve proceder-se ao ajustamento do tempo de serviço distribuído, tendo em linha de conta as diferentes e especiais exigências que representa o recurso a essas tecnologias, quer em termos de planificação, quer em termos de concretização, quer em termos de avaliação".

Por último, a FNE chamou o Governo às suas responsabilidades na valorização dos profissionais da educação e assinalou no documento que os docentes portugueses, tanto em território nacional, como no EPE "demonstraram nesta ocasião empenho, dedicação e profissionalismo inabaláveis, continuando envolvidos na disponibilização de um ensino de alta qualidade, mesmo nesta situação sem precedentes, aos quais os Trabalhadores Não Docentes se associaram de uma forma notável, apesar das enormes deficiências estruturais e insuficiência de recursos".

E por isso a FNE reiterou a necessidade de neste quadro de afetação de recursos se promover a atratividade e a valorização social da profissão docente, integrando a reorganização da formação inicial com vista a uma resposta sustentável ao elevado número de aposentações que se vão verificar nos próximos anos, e ainda o desenvolvimento de um efetivo programa de formação contínua alargado às necessidades de melhoria das práticas pedagógicas defendendo ainda outra necessidade: a da concretização da plena dotação das escolas com os Trabalhadores Não Docentes indispensáveis, e da efetiva oferta de formação contínua para todos assim como na importância do investimento na qualificação e na formação contínua de técnicos superiores, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

[Consulte aqui a Resolução completa](#)

A FNE chamou o Governo às suas responsabilidades na valorização dos profissionais da educação e assinalou no documento que os docentes portugueses «demonstraram nesta ocasião empenho, dedicação e profissionalismo inabaláveis».



PRR: CNE RECOMENDOU AO GOVERNO ATRATIVIDADE E VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou uma Recomendação sobre o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que o Governo submeteu a consulta pública em fevereiro.

Foram várias as recomendações do Conselho Nacional de Educação ao Governo relativamente às formas de uso do dinheiro da "bazuca europeia" na Educação. Uma delas passa por "formar e atrair novos professores". Também a reforma da digitalização não pode ser apenas encarada como a digitalização dos conteúdos.

O CNE sublinhou ainda a necessidade de adaptar os currículos e as formas de ensino ao que considera ser "novos paradigmas da sociedade do conhecimento e da informação" e que a Reforma Digital deve apontar para a produção de novos conteúdos e não apenas a sua digitalização, acrescentando ainda que estas mudanças devem ser acompanhadas da formação e acompanhamento técnico e pedagógico dos docentes.

O Governo solicitou ao CNE um parecer no seguimento da discussão pública do Plano de Recuperação e Resiliência e o CNE deixou à tutela uma chamada de atenção: o PRR dá uma atenção especial à transição digital na educação, mas há que ter em conta as especificidades de cada região do país, do meio socio económico em que as escolas se inserem porque há ainda muita falta de equipamentos tecnológicos para professores e alunos.

O parecer deixou ainda o aviso de que as medidas relativas à educação estão dispersas ao longo do PRR e deveriam ser enquadradas numa visão

estratégica, que segundo os conselheiros deve ser "suportada não só em critérios económicos, mas essencialmente num modelo que permita assegurar uma educação para todos, de qualidade e ao longo da vida".

No que se refere à formação de professores, o CNE lembra que os diferentes relatórios sobre o Estado da Educação têm mostrado o envelhecimento da classe docente em Portugal, onde a maioria tem mais de 50 anos de idade e por isso deixa reparos a algumas medidas do PRR, que segundo o CNE são essencialmente dirigidas para a tecnologia digital não sendo tida em conta uma das questões de fundo: "a possibilidade de dentro de alguns anos o país ser confrontado com a falta de professores e as dificuldades que daí resultarão".

Neste parecer, o CNE recomenda ao Governo que o Plano de Recuperação e Resiliência deva contemplar verbas para promover a atratividade e a valorização social da profissão docente e recomenda ainda à tutela uma reorganização da formação inicial de professores de forma a dar resposta à necessidade urgente de novos professores, uma vez que nos próximos anos é previsível um elevado número de aposentações.

O PRR beneficia de um pacote financeiro total de 16.643 milhões de euros (M€), composto por 13.944 M€ em subvenções e por 2.699 M€ em empréstimos, com o investimento centrado em três grandes áreas temáticas: resiliência, transição climática e transição digital. Cada uma delas é composta por diversas componentes, subdivididas em reformas que, por sua vez, são consubstanciadas através de projetos.

Neste parecer, o CNE recomenda ao Governo que o Plano de Recuperação e Resiliência deva contemplar verbas para promover a atratividade e a valorização social da profissão docente.



CNE
CONSELHO
NACIONAL DE
EDUCAÇÃO

DIA INTERNACIONAL DA MULHER
8 de março de 2021

fne

www.fne.pt

O desafio da IGUALDADE de género na EDUCAÇÃO

spzn
Sindicato
dos Professores
do Ensino Secundário

SPZC
GRUPO DOS PROFESSORES
DO 1.º CICLO DO ENSINO

SP
Sindicato
dos Professores
do 1.º Ciclo do Ensino

SDP
SUL

CCPA
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE
PROFESSORES DO ALENQUER

MADEIRA

SPCL
Sindicato dos Professores
do 1.º Ciclo do Ensino

STAE
Sindicato dos Professores
do 1.º Ciclo do Ensino

STAE
Sindicato dos Professores
do 1.º Ciclo do Ensino

STAE
Sindicato dos Professores
do 1.º Ciclo do Ensino

O Dia Internacional da Mulher celebra as muitas conquistas femininas ao longo dos últimos séculos, mas também serve como um alerta sobre os graves problemas de igualdade de género que persistem por todo o mundo.

FNE LEMBROU O DESAFIO DA IGUALDADE DE GÉNERO NA EDUCAÇÃO

A FNE não deixou passar em branco o Dia Internacional da Mulher de 2021 e associou-se às comemorações com o lema "o desafio da igualdade de género da educação", divulgando ao longo do dia 8 de março vários vídeos onde as protagonistas eram personalidades femininas ligadas aos seus Sindicatos comentando a sua experiência de valorização profissional num mundo onde a luta pela igualdade nunca pode ser esquecida.

As profissionais da educação portuguesas, tal como no resto do mundo, enfrentam diariamente grande desafios. Mas estas profissionais não são apenas educadoras. Desempenham muitas outras funções diariamente: cuidar da sua casa, criar e educar os filhos, malabarismos profissionais e responsabilidades de cuidar, cuidar de membros idosos das suas famílias, tentar aprender mais através de formações na sua profissão e muitos outros desafios.

A pandemia de COVID-19 trouxe mudanças. Mas apesar deste enorme trabalho e dedicação, as profissionais da educação não só não obtêm valorização, como enfrentam ainda mais insegurança no emprego, remuneração menor,

menos oportunidades de carreira do que os homens, sendo ainda são expostas a intimidação, assédio e violência, algo que não lhes permite ir em busca do seu desenvolvimento profissional.

Por isso, no seu discurso a 8 de março, o secretário-geral da ONU, António Guterres, lembrou que a pandemia de Covid-19 "apagou décadas de avanços para a igualdade de género", mas afirmou também que "durante a pandemia, as mulheres têm sido trabalhadoras essenciais para manter as pessoas vivas e manter as economias, comunidades e famílias unidas. Também estão entre os líderes que têm mantido os níveis de prevalência mais baixos e os países no caminho da recuperação".

O Dia Internacional da Mulher celebra as muitas conquistas femininas ao longo dos últimos séculos, mas também serve como um alerta sobre os graves problemas de igualdade de género que persistem por todo o mundo.

Veja aqui os depoimentos do Dia Internacional da Mulher de 2021



DECISÃO SOBRE VACINAÇÃO NA EDUCAÇÃO FOI RECEBIDA COM AGRADO PELA FNE

O Conselho de Ministros aprovou a 7 de março, uma resolução que autorizava a aquisição de serviços de realização de testes rápidos de antígeno em estabelecimentos de educação e ensino públicos e em respostas sociais de apoio à infância do setor social e solidário.

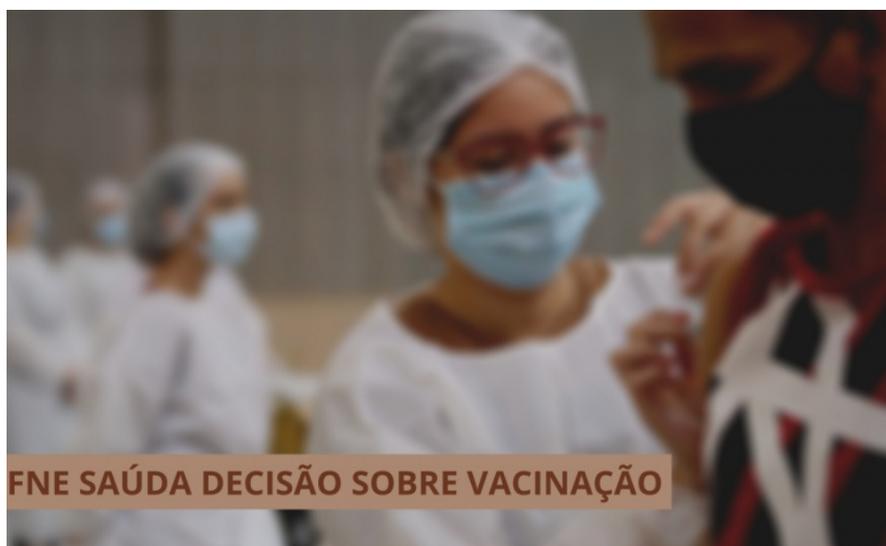
Desta forma, o Governo pretendia preparar a reabertura gradual e sustentada das atividades presenciais, dando continuidade à implementação da Estratégia Nacional de Testes para SARS-CoV-2 2020.

E a FNE registou com agrado e saudou a decisão de garantir a prioridade de vacinação para educadores, professores e trabalhadores não docentes, dando assim resposta positiva à reivindicação que a FNE e os seus sindicatos apresentaram, junto do Ministério da Educação (ME), ainda antes do início do ano escolar.

Em consequência, a FNE considerou ser essencial garantir que a vacinação possa ocorrer antes da retoma do ensino presencial, pelo que deveriam ser acionados todos os mecanismos para que este procedimento ocorresse com caráter

universal. Deste modo, para além do anúncio, o essencial era proceder-se à sua concretização.

Também em relação a docentes e não docentes do ensino superior a FNE entendeu ser fundamental a adoção de decisões de rápida vacinação.



FNE SAÚDA DECISÃO SOBRE VACINAÇÃO

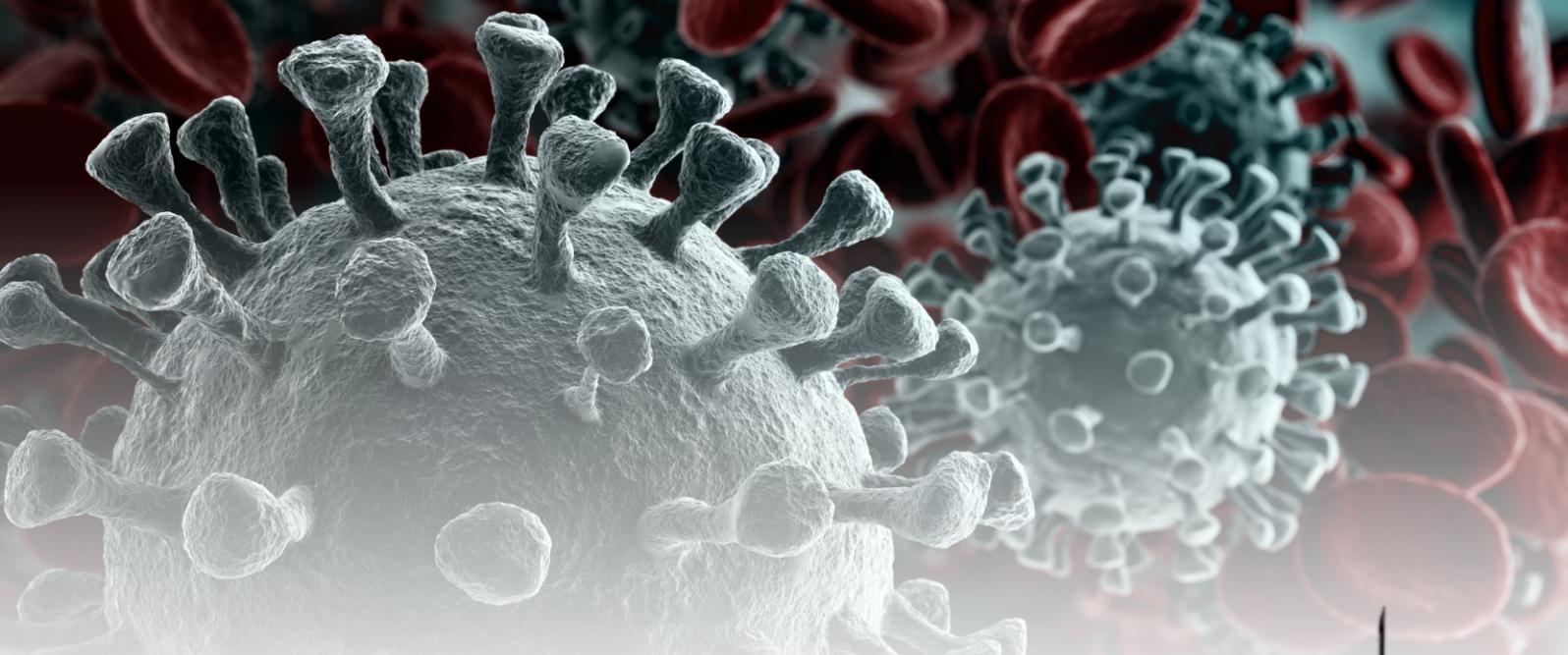
«É PRECISO PASSAR DAS PALAVRAS AO ATOS»

Prudência, vacinação e testagem. No dia em que o Governo se preparava para anunciar o seu plano de desconfinamento (11 de março), e particularmente no que diz respeito à concretização do processo para se retomar a atividade letiva presencial, a FNE deixou uma recomendação de prudência e reforçou "a necessidade de se concretizar a decisão anunciada de serem vacinados, logo que possível, todos os adultos envolvidos na atividade das nossas escolas, bem

como a concretização de um plano de testagem sistemática".

"A salvaguarda da saúde pública deve continuar a constituir o primeiro critério a observar em relação a qualquer passo que se venha a dar no sentido da normalidade da vida em sociedade, nomeadamente ao nível do funcionamento das nossas escolas.

FNE aconselhou prudência, vacinação e testagem no dia em que se conheceu o plano de desconfinamento do Governo do que dizia respeito à retoma do ensino presencial.



Por isso se recomenda prudência em relação a qualquer decisão, e a permanente avaliação do desenvolvimento da situação epidemiológica, para se garantir a adoção das medidas que forem adequadas em cada circunstância" defendeu a FNE num comunicado em que insisitiu ainda "na necessidade de que, no regresso às atividades letivas presenciais, se assegurem nos espaços escolares as condições de proteção da saúde de todos, o que implica, entre outras, o cumprimento das normas de distanciamento social, de higienização dos espaços e equipamentos e do uso sistemático de máscaras".

que pagam do seu bolso para que o ensino remoto possa funcionar, sem que da parte do Ministério da Educação exista qualquer sinal da intenção de os compensar desta situação. Esta é uma situação que deve ser corrigida imediatamente e que se soma a outras razões de insatisfação sobre a forma como o Ministério da Educação não reconhece os profissionais que tutela".

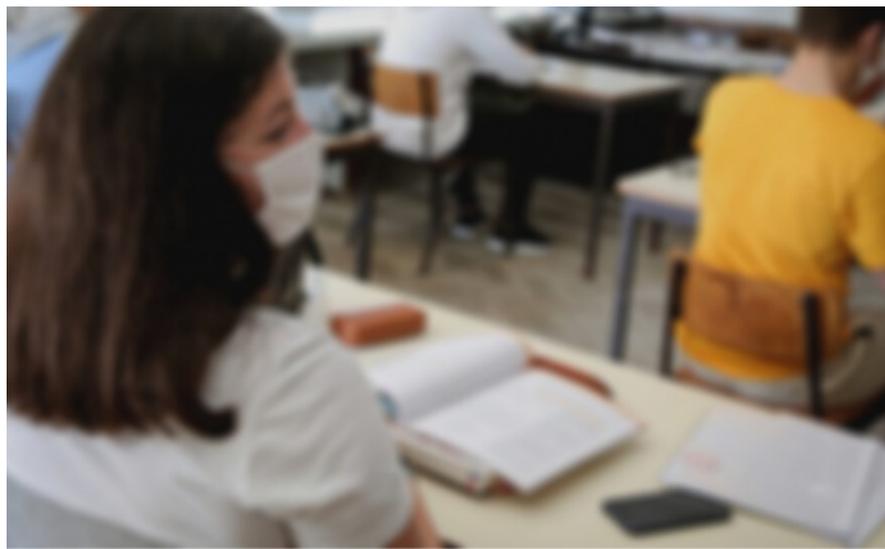
No momento em que se iniciava a preparação gradual do regresso à atividade letiva, a FNE assinalou que "quer na continuação do presente ano letivo, quer no próximo ano letivo, vai ser essencial definir planos de intervenção que

«A salvaguarda da saúde pública deve continuar a constituir o primeiro critério a observar em relação a qualquer passo»

A FNE exigiu ainda uma informação clara e consistente "sobre cada etapa que tenha implicações no funcionamento das escolas e, portanto, dos processos de ensino-aprendizagem" ficando ainda uma palavra à resposta dos docentes portugueses neste período de ensino remoto de emergência: "Ninguém ignora as enormes dificuldades que a comunicação remota representa para a motivação, participação, atenção e avaliação de professores e de alunos, com consequências bem visíveis ao nível da exaustão de muitos deles. Não é demais sublinhar como o valor da ética profissional está a responder a estas circunstâncias excecionais".

Por esta razão a FNE denunciou a ausência de apoio efetivo ou de reconhecimento concreto por parte do Governo e do seu Ministério da Educação a esta mobilização, a este esforço, a este empenho lembrando que "os docentes portugueses têm estado a pôr à disposição do serviço de educação, não só a sua saúde, como os seus equipamentos informáticos e os acessos

ultrapassem as insuficiências que estes tempos implicam nos processos de ensino-aprendizagem" e para isso "as escolas e os seus profissionais devem ver reconhecido o seu espaço autónomo de decisão e os recursos indispensáveis para estas exigentes tarefas".



"POR UM PLANETA MAIS VERDE" FNE LANÇA CONCURSO NO DIA MUNDIAL DA ÁRVORE E DA FLORESTA

A 21 de março celebrou-se o Dia Mundial da Árvore e da Floresta. Esta data, celebrada à escala global, tem como objetivo lembrar-nos a importância da natureza e sensibilizar a população para a importância da preservação das árvores, quer ao nível do equilíbrio ambiental e ecológico, como da própria qualidade de vida dos cidadãos.

E hoje, mais que nunca, é urgente promover a proteção das árvores e das florestas no mundo: estão em causa tanto o equilíbrio ambiental e ecológico quanto a qualidade de vida de toda a população mundial.

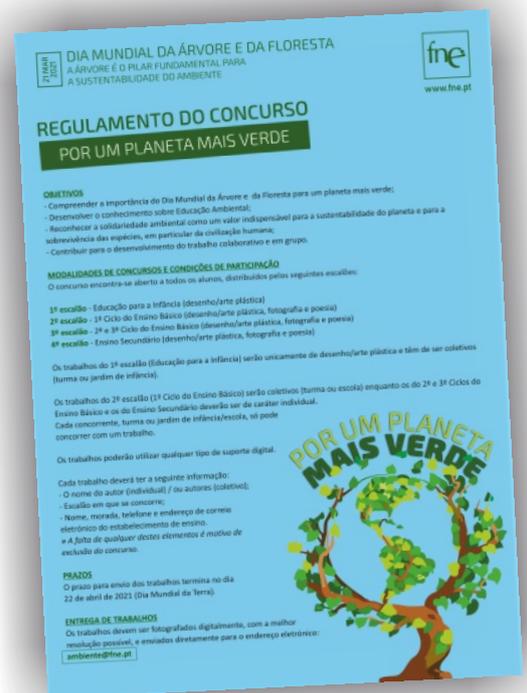
E a FNE/AFIET aproveitaram a data para lançar o concurso "Por um Planeta mais verde" cujo regulamento pode ser consultado na página oficial (www.fne.pt) e nas redes sociais da FNE e dos seus Sindicatos membros e que se destina a crianças e jovens desde o Ensino Pré-Escolar até ao Ensino Secundário, envolvendo as modalidades de Desenho/Arte plástica, Fotografia e Poesia e lançando um desafio a alunos de todo o país, através dos seus educadores e professores, a apresentar trabalhos alusivos ao tema da importância da proteção das árvores e das florestas para a sustentabilidade do planeta.

A FNE/AFIET e todos os seus Sindicatos filiados associaram-se desta forma à data e assim, à floresta portuguesa, enquanto património natural e económico que importa preservar e cuidar.

Esta iniciativa teve o apoio da Associação ZERO e o Professor Francisco Ferreira, Presidente da ZERO, deixou uma mensagem sobre a data: "Não podemos falar apenas da árvore, mas sim de verdadeiros ecossistemas que são as florestas que encontramos desde zonas mais ricas como as tropicais e equatoriais, até à floresta que temos espalhada pelo resto do mundo e que tem funções absolutamente cruciais".

Também o Professor José Ricardo Coelho, Vice-Secretário-Geral da FNE, deixou através de um vídeo, a sua visão sobre a importância de se celebrar o Dia Mundial da Árvore e da Floresta afirmando que "ninguém pode estar indiferente aos problemas ambientais. E o assinalar deste dia não é mais que um grito de alerta para o esforço que coletivamente temos de fazer para equilibrar o ambiente do planeta".

Clique na imagem e aceda ao regulamento do concurso. Participações abertas até 22 de abril!



A FNE/AFIET e todos os seus Sindicatos filiados associaram-se desta forma à data e assim, à floresta portuguesa, enquanto património natural e económico que importa preservar e cuidar.

A INSUBSTITUÍVEL FUNÇÃO DA ESCOLA NO COMBATE ÀS DESIGUALDADES SOCIAIS



Vivemos hoje um tempo completamente unimaginável até há um ano atrás. Nada nem ninguém, estava minimamente consciencializado e preparado para enfrentar esta situação pandémica que se vive no Mudo.

Literalmente, de um dia para o outro, foi necessário parar praticamente tudo, num confinamento que também levou ao encerramento das escolas, obrigando à permanência nos seus lares de professores e de alunos. Numa corrida contra o tempo, a escola teve de se adaptar e inovar, para implementar o ensino à distância.

Os professores construíram uma resposta assertiva que por todos foi reconhecida. Rapidamente aprenderam a lidar com as plataformas de comunicação, disponibilizaram os seus equipamentos informáticos, a sua rede de internet pessoal, a sua energia elétrica e, não menos importante, perderam a privacidade familiar, sem lhes ser garantida a proteção dos dados pessoais, como as normas europeias defendem.

O ano letivo chegou ao fim, com os professores completamente esgotados, com a consciência de que fizeram tudo o que estava ao seu alcance, acabando por correr o melhor que foi possível, partindo do princípio de que se tinha tratado de um remedeio. Como remedeio que foi, o mesmo não se deveria voltar a repetir. Alertámos o ME para que assegurasse antecipadamente às escolas os meios necessários para um bom início do ano escolar e que elaborasse um plano que contemplasse os possíveis cenários que viessem a ocorrer.

O Ministério da Educação limitou-se a fazer promessas e anúncios de aquisição de milhares de computadores. Chegadas a setembro, logo se apressou a transferir as responsabilidades para as escolas, sem que estas tivessem sido dotadas

dos necessários meios e equipamentos tecnológicos e muito menos do correspondente envelope financeiro.

O primeiro período decorreu com uma aparente normalidade, apesar de professores e alunos terem que se socorrer de mantas para suportarem as baixíssimas temperaturas das salas de aula, que de portas e janelas abertas cumpriram as indicações da DGS.

Mas em janeiro, ao ser necessário voltar a encerrar as escolas, ficou completamente a descoberto o não cumprimento das promessas por parte do ME. Este uma vez mais apressou-se a anunciar um concurso de aquisição de milhares de computadores que ainda não chegaram aos alunos e por isso obrigou a 15 dias de pausa letiva. Mais uma vez, sob a forma de um remendo e à pressa, volta a dizer às escolas para se prepararem para o ensino online.

Os alunos das famílias estruturadas e com capacidade económica lá vão prosseguindo, com o indispensável empenho dos pais. Mas e os outros alunos? Infelizmente não são assim tão poucos aqueles que não têm uma família estruturada, aqueles cuja família ainda que estruturada não tem meios económicos para adquirir um computador, aqueles que vivem em locais sem acesso à internet. Obviamente esses estão a ficar para trás, e desta forma acentuam-se e agravam-se as desigualdades sociais, de uma forma muito preocupante.

Esta pandemia, se por um lado veio demonstrar a importante e insubstituível função que a escola tem no combate às desigualdades sociais, também está a demonstrar que, não sendo por culpa dos profissionais da educação, a mesma não está a ser cumprida.

*Manuel Teodósio
Presidente do SPZC*

FRANCISCO FERREIRA, PRESIDENTE DA ZERO: “NÃO HÁ VACINA PARA AS CRISES AMBIENTAIS”

Professor na área do Ambiente na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa (FCT-UNL), tem participado ao longo dos anos nas principais conferências das Nações Unidas na área das alterações climáticas e do desenvolvimento sustentável. Presidente da Associação Zero, acompanha as áreas do clima, energia e mobilidade e a sua principal ambição é ver Portugal com 100% de energia renovável em 2050. O Jornal FNE falou com Francisco Ferreira para perceber os caminhos que a educação ambiental está a seguir em Portugal.

JORNAL FNE (JF) - O QUE SIGNIFICA O CONCEITO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A ASSOCIAÇÃO ZERO?

Francisco Ferreira (FF) - Neste momento preferimos uma denominação mais abrangente que a da Educação Ambiental. Em 2015 tivemos uma Assembleia Geral das Nações Unidas onde foram aprovados os 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável. E parece-nos fundamental não centrar as grandes questões como as alterações climáticas, a perda da biodiversidade ou da escassez de recursos numa perspetiva de salvaguarda do ambiente, mas falarmos sim de uma Educação para a Sustentabilidade. E porquê? Porque na

sustentabilidade temos vários domínios: o ambiental, o social, o domínio económico e também o da governança. Todos eles são cruciais para termos êxito neste contexto. Ou seja, se não tivermos aqui uma outra dimensão que combine o planeta com a prosperidade e o bem-estar das pessoas não estaremos a dar resposta ao que devem ser os objetivos de garantir que as próximas gerações tenham uma melhor qualidade ambiental. E isso não passa apenas pela conservação da natureza, mas também pelo emprego, por uma economia que consiga lidar com o uso mais eficiente dos recursos, com uma sociedade que não dependa do consumo para ser a melhor, mas sim de um uso correto desses recursos.





JF - QUAL É A POLÍTICA DA ZERO E QUE PROJETOS TEM NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE?

FF – Na ZERO trabalhamos no quadro do que é a estratégia nacional para a educação ambiental, e para nós a formação é um elemento fulcral, indispensável, pois consideramos que não há até aqui uma prioridade clara nas idades. Podia dizer-se que a prioridade deveriam ser as crianças, mas o que é facto é que estamos numa verdadeira emergência em termos climáticos. E não há vacina para o aquecimento global, nem para outras crises ambientais, sociais e económicas que estamos a viver. Por um lado achamos fundamental esta mudança de atitude e paradigma no dia-a-dia no sentido de promover um melhor bem-estar, com uma boa utilização dos recursos e da redução da nossa pegada ecológica. Isto envolve todas as gerações, porque não há tempo para esperar pelas gerações que estão no início de vida. Por isso, precisamos de uma educação ambiental transversal e que seja mais integradora, dando então esse salto da educação ambiental para a educação da sustentabilidade. Onde todos percebamos que há um papel comportamental, político e de vida diária que é fulcral para o que é necessário fazer, no sentido de termos uma sociedade mais resiliente a todos os níveis.

JF - COMO PODEM OS SINDICATOS ENVOLVER-SE COM AS ASSOCIAÇÕES AMBIENTAIS PARA ALCANÇAR UM CONTRIBUTO MAIOR NESTA CAUSA?

FF – É pelo facto de acharmos que as soluções para as grandes crises têm de envolver os

diferentes pilares da governança, da componente socioeconómica e ambiental, que o trabalho com os sindicatos e pelos sindicatos é vital. Nós só podemos ter bem-estar e qualidade de vida se tivermos as qualidades adequadas ao trabalho de cada um, nomeadamente em profissões que são chave na área da formação e informação, como é o caso dos professores.

Mas tem existido pouca interação entre as organizações não governamentais de ambiente e os sindicatos, pois historicamente somos um país onde a luta ambiental tem sido feita por um lado e a luta sindical por outro. Porém, a visão de que estamos todos no mesmo sistema e que todos devemos ter objetivos, em parte comuns, para garantir uma resposta do ponto de vista político em relação a atingirmos menores emissões de gases com efeito estufa, combatermos o aquecimento global, preservarmos a biodiversidade no país ou garantirmos que os trabalhadores têm condições que lhes permite viver bem consigo no quadro da sociedade, esta visão, dizia, é vital.

E isso obriga-nos a que na nossa intervenção na área do ambiente tenhamos uma perspetiva mais alargada com outros setores que não tínhamos até agora. É isso que achamos também ser necessário da parte dos sindicatos. Que entendam que também têm a sua função de organização não governamental de ambiente, no papel junto dos seus sócios, mas também no papel que desempenham quer na atividade profissional, quer juntos dos governos.

Há um conjunto de reivindicações que devem ser mais abrangentes e incisivas, porque é o futuro de todos que está em jogo. Não faz sentido termos interesses limitados a uma classe profissional, uma vez que muitos objetivos têm de ser trabalhados nesses sentidos.

A ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável é uma associação sem fins lucrativos, dedicada a questões ambientais de âmbito nacional, que nasceu em finais de 2015, do interesse comum de cerca de uma centena de pessoas pela concretização do desenvolvimento sustentável em Portugal.

JF - A DIREÇÃO-GERAL DA EDUCAÇÃO (DGE) TEM CRIADO DOCUMENTOS PARA SE CONSTITUÍREM COMO REFERENCIAIS NA ABORDAGEM DAS DIFERENTES DIMENSÕES DE CIDADANIA. EM QUE PONTO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL ESTÁ ENQUADRADA NESTE REFERENCIAL? E QUAL O PÚBLICO-ESCOLAR ALVO?

FF - Temos vindo a trabalhar com a DGE em algumas áreas, como a do desporto, pois é uma área que faz bem a interface com as questões do ambiente. Mas sempre dissemos que a educação ambiental não é uma disciplina, não são conteúdos, mas é sim pela sua natureza uma visão estratégica que tem depois de passar à prática, ser implementada por cada um de nós e nos próprios locais de trabalho.

As escolas têm de ser polos de educação ambiental a todos os níveis, não apenas pelo modo como envolvem os alunos no tema, mas também porque tem de se retirar o amianto em muitos estabelecimentos; repensar a mobilidade dos alunos e professores para as escolas; verificar se a alimentação respeita princípios ambientais, ou seja, há aqui todo um conjunto de pontos onde temos esta ligação com a escola e em que cada um dos agentes presentes, até à própria infraestrutura e seu funcionamento, procura ter uma resposta completa e integrada de sustentabilidade.

A DGE está a abrir estes horizontes e tem vindo realmente a ter um olhar diferente, mais completo, mas que é preciso ter concretização. A estratégia nacional para a educação ambiental pode ser uma estratégia nacional para a educação para a sustentabilidade. Foi logo uma sugestão nossa quando a questão foi discutida e que agora pode vir a ter resposta das instituições que estão envolvidas nesta reformulação.

JF - JÁ SE NOTAM EFEITOS NAS NOVAS GERAÇÕES. MAS QUAIS SÃO OS PRINCIPAIS PROBLEMAS QUE AINDA ENFRENTAM NA CONSOLIDAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

FF - Um dos principais problemas está na passagem da teoria à prática. Por outro lado, na ênfase que é dada a determinados temas em detrimento de outros. Acharmos que as questões

do ambiente já estão em muitos programas e são abordadas pelos professores. Mas depois não se refletem nos comportamentos nem de professores, nem de alunos.

E refiro-me a matérias como a reciclagem. Se perguntarmos numa escola a percentagem de alunos que separam o lixo em casa ele ainda é muito reduzido. Mas todos são sensíveis. Em Portugal temos um bom nível de consciencialização, mas em termos de resultados não estamos a atingir o nível pretendido. É preciso uma estratégia mais incisiva, que passa por outros objetivos e concertação de políticas para termos respostas a vários domínios. E falando ainda dos resíduos notamos que há vários temas pertinentes como os plásticos e consequências que acabamos por ter nos oceanos.

Focar por vezes em determinados temas é importante, mas não nos deve retirar a visão abrangente de todos os outros temas onde precisamos intervir. Às vezes funcionamos por alertas e esquecemos outros problemas que têm de ser resolvidos. Por isso, eu diria que estas são as atuais e eternas dificuldades.

"As escolas têm de ser polos de educação ambiental a todos os níveis".

«É preciso uma estratégia mais incisiva, que passa por outros objetivos e concertação de políticas para termos respostas a vários domínios».





«É necessário um esforço grande em termos de formação, que achamos ser crucial para que o rigor e a qualidade da informação sejam garantidos».

JF – A EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE ESTÁ CONTEMPLADA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES?

FF - Temos estado a trabalhar com vários professores, fizemos já algumas ações de formação e sentimos que os professores estão ávidos de perceber melhor todos estes problemas. No entanto, estão ainda aquém do que seria o conhecimento necessário para os transmitirem com todo o rigor. São problemas muito dinâmicos, com novos dados e perspetivas, e não basta seguir o que está nos manuais escolares para envolver os alunos. É preciso um esforço grande em termos de formação, que achamos ser crucial para que o rigor e a qualidade da informação sejam garantidos.

«Estamos mais perto, mas ainda longe de alcançar um futuro melhor. Alcançar uma verdadeira cidadania ambiental é crucial».

JF - QUAL É O PESO DE UMA "CIDADANIA AMBIENTAL" PARA O FUTURO DO PLANETA? ESTAMOS HOJE MAIS PERTO DESSE FUTURO MELHOR?

FF - Estamos mais perto, mas ainda longe. Uma verdadeira cidadania ambiental é crucial, porque depende do nosso comportamento e da nossa visão aquilo que conseguimos mudar, para dar um planeta melhor às próximas gerações. Desejavelmente temos de ir bem mais longe do que temos vindo a conseguir. De facto, estamos -hoje mais preparados, mais sensíveis, mas depois as muitas opções do dia a dia, ou por razões de decisão nossa ou por aquilo que a sociedade nos dá para muitas das escolhas, acaba por nos levar a boas práticas indesejáveis. Se eu quiser usar um transporte público que não está disponível vou ter de usar o automóvel. É preciso aqui uma tomada de decisão de cada um de nós do que é possível fazer e os governos devem proporcionar essas oportunidades, para que eu possa fazer escolhas conscientes com custos comportáveis, para garantir que aquilo que me foi apresentado como um caminho para a sustentabilidade possa depois ter lugar no dia a dia, pelas escolhas que tomo.



**Entrevista
conduzida
por: Tiago
Soares
Jornal FNE**



A participação é gratuita mas com inscrição obrigatória

QUE CAMINHOS PARA A ESCOLA NA PÓS - PANDEMIA



Ciclo de Webinários

JAN a ABR 2021 | 17h00 às 18h00

8 de abril

Orador



Margarida Mano

Vice-Reitora da Universidade Católica para a Qualidade e Inovação

Moderadores



João Dias da Silva

Secretário-Geral da FNE
Presidente da Direção da AFIET



José Ricardo Coelho

Vice-Secretário-Geral da FNE
Secretário Executivo da UGT



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



AFIET

CANAL • WWW.CANAL4.PT

DAVID JUSTINO: «TEMOS QUE REJEITAR A PROLETARIZAÇÃO DA PROFISSÃO DOCENTE»

«O que é que aprendemos com a pandemia?». Foi com esta interrogação que o Professor David Justino lançou a sua participação no IV webinar do ciclo com ex-Ministros da Educação "Que caminhos para a escola na pós-pandemia", organizado pela Federação Nacional da Educação (FNE) e pelo Canal4 da AFJET (Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho), que contou com a moderação do Secretário-Geral (SG) da FNE, João Dias da Silva, e Ricardo Baptista, Presidente da Direção do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA).

Para David Justino, a Pandemia deixará marcas que dificilmente esqueceremos. Mas o pior é que nós portugueses "aprendemos mal com os males que nos afetam. Nunca aprendemos com as crises económicas por que passamos e espero não repetirmos os erros, as omissões e as insuficiências deste ano de pandemia".

Em seguida, passou a destacar aquilo a que chamou os três "D's" da educação para o futuro: Digital, Desigualdades e Disciplina.

Sobre o primeiro "D" criticou o facto da visão de muitos integrar uma escola do futuro onde tudo era tecnológico, digital. David Justino sustenta que "a escola de massas é muito má, mas não há melhor. Por isso, temos que melhorar a escola

que temos, para encontrar as melhores soluções".

UM PERFIL SEM DISCIPLINA

O ex-Ministro da Educação reconhece que a infraestrutura digital da maior parte das escolas não é "a suficiente, nem a mais adequada. Fizemos a experiência das salas TIC, depois veio o Plano Tecnológico (com banda larga para todas as escolas) e de então para cá não se fez mais nada. A não ser os municípios e as próprias escolas com os seus recursos, nomeadamente com a criação de laboratórios". David Justino é muito crítico desta situação: "Passamos dez anos sem um apetrechamento sério das escolas. Não podemos passar mais dez anos sem esse apetrechamento".

Em sua opinião, o problema está "na definição de prioridades, não no dinheiro. E muitos dos problemas por que passaram os alunos e as famílias deve-se ao desleixo no investimento em tecnologias". David Justino é muito preciso quando sublinha que o ensino presencial não é substituível pelo ensino a distância e explica: "Não é só a questão de o aluno estar na sala de aula, mas acima de tudo o papel e a intervenção do professor. Depois, aprender não é só adquirir conhecimento, mas tem muito que ver com o ritual que anima cada escola".



Reveja aqui a intervenção de David Justino, quarto convidado do ciclo de Webinários "Que caminhos para a escola na pós-pandemia". (LINK para vídeo)



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



O segundo "D" é de Desigualdades e "aqui sou mais fora da caixa: não consigo examinar as desigualdades só com a falta de computadores ou com a ausência de pais sem qualificações, para ajudar os seus educandos. Podemos investir muito na educação e termos uma escola mais igualitária, mas a escola não resolve as desigualdades que vêm de fora dela. A economia tem que responder de forma adequada às qualificações com empregos e salários dignos. Exigir tudo à escola tem um efeito perverso, pois só olhamos para uma parte do processo". E remata como segue: o sistema de oportunidades tem de estar em consonância com a Educação".

Quanto ao terceiro "D", de Disciplina, David Justino sublinha que ele não é muito observado: "A escola deveria ser uma socialização de capacidades, hábitos de respeito pelas diferenças, de regras de conduta. Não se trata de uma disciplina imposta, mas sim de uma disciplina interiorizada. Só com disciplina podemos desfrutar da liberdade. Não podemos fazer da escola uma luta de classes. E reparem que o conceito de Disciplina desapareceu e nem sequer existe no "Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória".

EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA DIGNIFICA PERCURSO ESCOLAR

Na sua intervenção, David Justino enfatizou mais duas questões primordiais: a relevância extrema das creches e do pré-escolar e o papel crucial dos educadores de infância no sistema educativo e a falta assustadora de professores em determinados grupos de docência.

O ex-Ministro da Educação frisou que o maior desafio que temos é olhar para a educação das crianças entre os cinco meses e os cinco, seis, anos, com outros olhos, que não seja apenas a função de guarda, e temos que olhar no futuro para toda a Educação de Infância para dignificar o percurso escolar. No entanto, acrescentou que "isto não se consegue sem profissionais capacitados, valorizados e com acesso a uma boa formação".

No que respeita à escassez de professores, David Justino afirmou que tínhamos que trabalhar esta questão a começar pela formação inicial e tornar a carreira exigente e atrativa para as novas gerações: "devemos separar a habilitação para a docência da profissionalização, que deve ser feita em exercício, na escola. E temos que rejeitar a proletarização da profissão docente, reforçando a imagem dos professores, porque nem todos podem ser professores".

O Presidente do SDPA, Ricardo Baptista, moderador deste webinar, aproveitou então para, em jeito de resumo, incluir no debate algumas questões relativas à educação de infância, como a necessidade de se conseguir um ajuste no papel dos educadores e suprir as carências que hoje enfrentam, devido às novas vivências que as crianças comportam quando chegam às creches e ao pré-escolar.

No final, e respondendo a algumas questões dos participantes, colocadas pelo SG da FNE, João Dias da Silva, o Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa confessou provocar-lhe "condescendência com a ignorância", e alguma irritação, ouvir e ver citada repetidamente a expressão "escolas do século XIX, professores do século XX e alunos do século XXI". A terminar a sua intervenção atirou a matar: "Não subscrevo a ideia da flexibilidade curricular. Precisamos é de unicidade curricular e flexibilidade pedagógica".

No encerramento deste quarto webinar do ciclo com ex-Ministros da Educação, João Dias da Silva congratulou-se com os muitos comentários positivos de educadoras e educadores de infância presentes e recordou a reivindicação antiga da FNE, que exige que o tempo de serviço prestado em creches seja considerado para o desenvolvimento da carreira: "Está na nossa agenda de trabalhos e temos vindo sistematicamente a chamar a atenção para isso. Tem que se reconhecer o trabalho dos educadores e educadoras de infância e valorizar a creche".

"Passamos dez anos sem um apetrechamento sério das escolas. Não podemos passar mais dez anos sem esse apetrechamento".

"Podemos investir muito na educação e termos uma escola mais igualitária, mas a escola não resolve as desigualdades que vêm de fora dela", afirmou David Justino.

NUNO CRATO E A EDUCAÇÃO EM PORTUGAL: «O PROFESSOR TEM LUGAR GARANTIDO NO FUTURO DA EDUCAÇÃO»

Embora preocupado com as enormes desigualdades entre alunos portugueses, Nuno Crato, Ministro da Educação e Ciência de 2011 a 2015, defendeu que estar constantemente a mencionar as desigualdades “não resolve a pobreza educativa”, que necessita de uma avaliação forte, séria e consistente, para a qual existe hoje uma denotada desvalorização.

Nuno Crato intervinha como orador convidado do V webinar com ex-Ministros da Educação “Que caminhos para a escola na pós-pandemia”, organizado pela Federação Nacional da Educação - FNE e pela AFJET - Associação para a Formação e Investigação em Educação e Trabalho e o seu Canal4, com moderação de João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, e de António Pinho, Presidente da Direção do Sindicato Democrático dos Professores da Madeira - SDPM.

Nuno Crato lançou o debate com um alerta: “Nada substitui o ensino presencial. Temos soluções alternativas, mas que não substituem, de modo algum, o ensino presencial. Ao contrário do que muitos profetizaram, o futuro é algo onde os professores vão continuar a ser necessários”.

O ex-Ministro da Educação do Governo de Passos Coelho lembrou as profecias não concretizadas de Thomas Edison, em 1913, assim como as do filósofo francês Jean-François Lytard, teorizador da pós-modernidade. Na realidade, nem os livros se tornaram obsoletos no ensino público, nem o serviço da educação foi provido apenas por filmes, nem o professor foi substituído por tecnologias digitais. No entanto, os benefícios do digital são visíveis quando pensamos como seria viver a Pandemia da COVID-19 em 2000 ou em 1990.

“Lembro-me de muitas modas no ensino, como a do Magalhães. Temos que olhar para as modas com ceticismo, quando elas são apocalípticas, destruidoras”, frisou Nuno Crato, que referenciou duas obras-primas da literatura que abordam pandemias: “A Peste”, de Albert Camus (1947) e o romance histórico “Os Noivos”, de Alessandro Manzoni (1827), sobre a peste de Milão.

“É preciso dar um elogio aos professores, aos pais e aos alunos. Foi um ato de heroísmo”. Nuno Crato repetiu: “Estou mesmo muito preocupado com a pobreza educativa. Os alunos sofreram até um ano letivo de atraso e a sociedade vai toda sofrer por ser menos produtiva com este atraso”.

«Nada substitui o ensino presencial. Temos soluções alternativas, mas que não substituem, de modo algum, o ensino presencial. O futuro é algo onde os professores vão continuar a ser necessários».



Sobre o que fazer, Nuno Crato apontou dois caminhos, duas correntes de pensamento: dar ânimo aos alunos, socializar com eles e o ensino há de encontrar o seu caminho. A outra via, em que me situo, é encarar o regresso à escola como uma atitude positiva de progresso. Neste caso, temos que acelerar a aprendizagem destes alunos, colmatando as falhas do que ficou para trás. Ou seja: avançar recapitulando.

QUALIDADE DE FUTUROS PROFESSORES É UM DESAFIO DECISIVO

Neste processo, a avaliação é fundamental: a diagnóstica, a formativa, a sumativa, a auto-avaliação. Mas não só: “Temos que fazer uma avaliação sistemática desta geração de alunos. Isto vai ser decisivo nas turmas, nas escolas e a nível nacional. Não é altura para pequenas revisões na aprendizagem. Há hoje uma desvalorização da avaliação, quando deveria ser o contrário”. Para o orador convidado, o aluno também tem de se conhecer nessa avaliação. Por isso, defende que a avaliação deve seguir um plano nacional que permita comparar, ver o que se passa em cada turma, em cada escola, e perceber como está verdadeiramente a situação educativa no país”.

Nuno Crato convocou de seguida alguns dados do PISA, da OCDE, e do TIMMS, retendo-se nos anos até 2015, “para não falar de coisas tristes”. O Professor Catedrático considerou como problemático para a educação portuguesa o facto dos nossos alunos, até aos 15 anos, demonstrarem extremas dificuldades na ciência, matemática e na leitura: “Portugal piorou os resultados desde 2015. Esta situação estende-se um pouco por toda a Europa. Há jovens de mais com problemas de aprendizagem. E isto vai piorar ainda mais com a Pandemia”.

A escolha do ano de 2015 tem para o ex-Ministro um significado especial, pois os alunos portugueses ficaram muito bem posicionados no respetivo PISA: “Na pontuação utilizada pela OCDE, trinta ou quarenta pontos equivalem a um ano letivo. Isto significa que em 2015 os jovens portugueses de 15 anos estavam um ano letivo à frente dos resultados do ano 2000. Em dez anos, especifica Nuno Crato, “subimos três anos letivos”. Quanto à Finlândia, vem a cair desde o ano de 2006. Assim, se quisermos ir buscar alguma inspiração àquele país teremos que ir buscar referências anteriores àquela data.

Outro aspeto que considerou foi o aumento de alunos nacionais com baixos resultados em ciências e leitura nos PISAS de 2015 e 2018. Porém, e mesmo assim, os resultados de 2018 nacionais foram ainda inferiores à média da OCDE, em ciências, matemática e leitura (13.4 na OCDE e 12.6 em Portugal) e à própria média da União Europeia nos três domínios (12.7).



Depois de uma breve análise à intervenção de Nuno Crato, levada a cabo pelo moderador António Pinho, João Dias da Silva notou que “antes da Pandemia já estávamos numa situação de pobreza. E não se pode ficar apenas pelo que se perdeu nesta fase. A normalidade não virá apenas por que os alunos estão a regressar à escola”.

Respondendo a algumas questões postas pelos participantes, Nuno Crato enfatizou dois temas: a aceleração do ensino e a formação dos professores. “Quando falo em acelerar o ensino refiro-me a saber mais, resolver e dominar melhor e a decorar menos. A questão essencial é a da quantidade versus qualidade. Os exames devem ser mais relativos à forma como os alunos dominam determinada matéria e não o quanto eles memorizam sobre ela. Este tem sido para mim um dos erros principais na Educação em Portugal”.

Já sobre a formação de professores, Nuno Crato foi claro: “é o problema mais grave da primeira metade do século 21. Há um grande envelhecimento na classe docente. Metade dos professores atuais vai reformar-se no final desta década. Quem vier estará preparado como as gerações anteriores? Duvido muito. É preciso garantir a qualidade de formação dos professores. É um problema decisivo para o nosso futuro, que foi completamente esquecido”.

No encerramento do webinar, o SG da FNE sublinhou que as mudanças na formação dos professores têm andado a ser empurradas com a barriga e que os professores entram na carreira aos 40 anos. Em sua opinião, “não podemos é cair numa situação de redução das qualificações dos professores para resolver os problemas dos nossos alunos”.

Reveja aqui a intervenção de Nuno Crato, quinto convidado do ciclo de Webinários “Que caminhos para a escola na pós-pandemia”. (LINK para vídeo)

«Quando falo em acelerar o ensino refiro-me a saber mais, resolver e dominar melhor e a decorar menos. A questão essencial é a da quantidade versus qualidade».

«Há jovens de mais com problemas de aprendizagem. E isto vai piorar ainda mais com a Pandemia».



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt

O TELETRABALHO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTUGUESA – PARTE II

Se analisarmos a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, Lei 35/2014, constatamos que no seu art.º 110.º, onde se encontram determinadas as modalidades de horário de trabalho da Administração Pública (AP), existem seis modalidades do horário de trabalho nomeadamente o horário flexível, o horário reduzido, o horário desfasado, jornada contínua, meia jornada e o trabalho por turnos.

Portanto, não encontramos na Lei 35/2014 o regime de teletrabalho como se encontra previsto no Código do Trabalho, mas o n.º 3 do seu art.º 110.º, que prevê que podem ser criados regimes especiais de prevenção a definir em diplomas próprios.

Foi com o surgir da pandemia, originada pela Covid-19, que o Governo aprovou em 12 março de 2020 o Decreto-Lei nº 10-A/2020, onde se determinava que os trabalhadores da AP deveriam ficar em regime de teletrabalho, sempre que as funções que exerciam o permitiam.

A partir da recomendação constante neste diploma, e no seguimento do confinamento em curso, o regime de teletrabalho tornou-se obrigatório na AP independentemente do vínculo laboral ou da natureza da relação jurídica, sempre que o regime em questão seja compatível com a atividade desempenhada e o trabalhador disponha de condições para a exercer, sem necessidade de acordo das partes.

Portanto, são compatíveis com o teletrabalho todas as funções que possam ser realizadas fora do local de trabalho e através do recurso a tecnologias de informação e comunicação.

No caso dos estabelecimentos de ensino, a atividade desenvolvida pelos assistentes operacionais não pode ser prestada em teletrabalho, como no caso dos assistentes técnicos que prestam atendimento presencial, onde se revela indissociável a presença física do trabalhador no local de trabalho.

Sempre que o trabalhador requeira a prestação das suas funções em teletrabalho e o empregador não as considera compatíveis com este regime, deverá sempre justificar devidamente as situações que não são compatíveis com o teletrabalho.

Havendo a prestação das funções em teletrabalho, o trabalhador tem os mesmos direitos, deveres e obrigações dos restantes trabalhadores, no que concerne a receber subsídio de refeição, receber as orientações dos seus superiores hierárquicos e de outros trabalhadores, preferencialmente através da comunicação eletrónica e teleconferências, de modo que contrarie o seu afastamento físico do local de trabalho.



Como o regime de teletrabalho poderá levar o empregador público a pensar numa disponibilidade de 24 horas do trabalhador neste regime para com o seu serviço, deverão ficar estabelecidos por escrito os tempos de descanso e de repouso do trabalhador e da sua família, devendo os contactos regulares com o serviço e demais trabalhadores, como ficou dito anteriormente, serem estabelecidos através de teleconferências, com o respeito da privacidade do trabalhador e da sua família.

Para terminar, alertamos para a situação dos instrumentos para o exercício das funções em regime de teletrabalho, que deverão ser disponibilizados pelo empregador e quando tal não seja possível, e havendo consentimento do profissional, poderão ser usados os instrumentos do trabalhador, prevendo os acréscimos de custos com as redes virtuais serem comparticipados pela entidade empregadora através de acordo escrito.

De futuro, com ou sem pandemia, o teletrabalho veio para ficar, pois as entidades empregadoras, quer públicas, quer privadas, verão uma economia neste regime, menor espaço de trabalho para os seus trabalhadores, menos mobiliário, menos consumo de água, de energia, de papel higiénico, fotocópias, etc.

O trabalhador poderá ter algumas vantagens no regime de teletrabalho, com diminuição de custos e tempos nas deslocações para o seu local de trabalho, mas o isolamento social a que fica sujeito poderá ter repercussões negativas na sua estabilidade emocional, situação que não poderá ser negligenciada em termos futuros, devendo ficarmos atentos às situações de saúde e tempo de trabalho dos trabalhadores neste regime, em futuras negociações coletivas.

João Gois Ramalho
Presidente do
STAAE Zona Centro

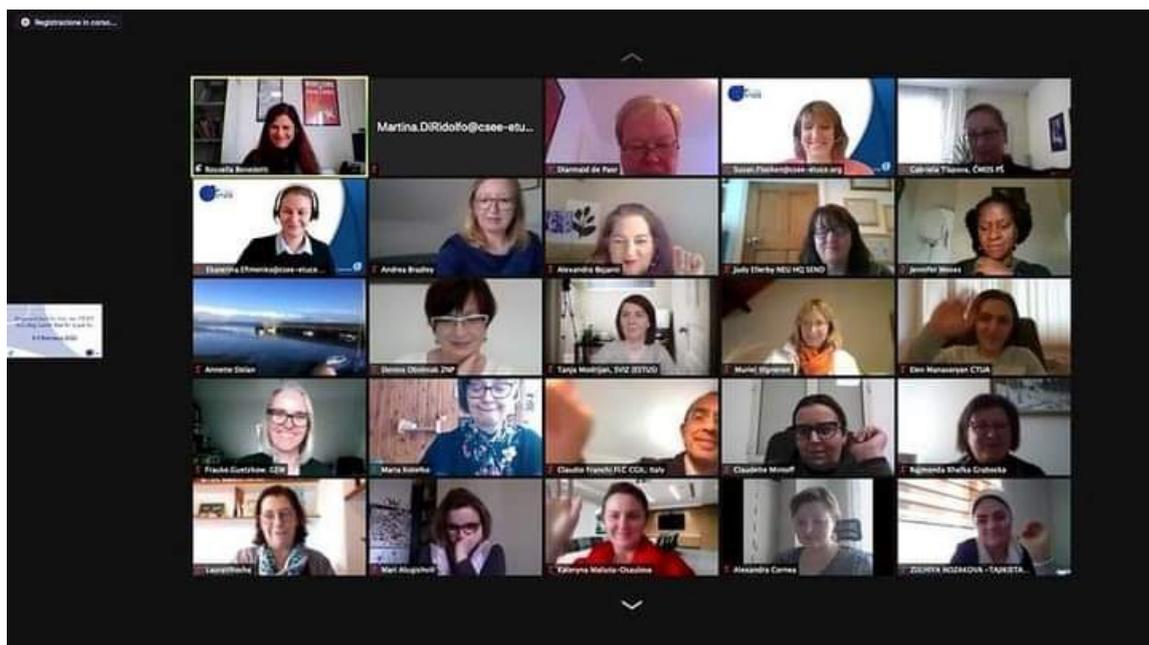
FUNCIONÁRIOS ESCOLA
TAMBÉM EPUCAM
FEDERAÇÃO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

STAAE
ZONA NORTE

STAAE
ZONA CENTRO

STAAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

FNE NO ENCONTRO ANUAL DO COMITÉ PERMANENTE PARA A IGUALDADE DA ETUCE/CSEE



O Encontro Anual do Comité Permanente decorreu no passado mês de fevereiro e realizou-se online, devido à situação de Pandemia COVID-19. Foi a primeira reunião de um novo mandato que decorrerá de 2021 a 2024 e teve como temática principal:

– O PAPEL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO NA GARANTIA DA IGUALDADE E INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE EMERGÊNCIA

O Comité Permanente para a Igualdade observa que a crise da COVID-19 e a mudança para o ensino e aprendizagem de emergência causaram um enorme impacto nos professores, académicos e outro pessoal da educação e aumentaram profundamente as desigualdades e a exclusão.

O Comité Permanente para a Igualdade reconhece que muitos desses desafios urgentes, não são o mero resultado da pandemia COVID-19. Eles são o resultado da combinação de múltiplas crises económicas, políticas e sociais. A crise económica e a recessão resultantes da pandemia COVID-19 adicionam mais restrições à igualdade e inclusão na educação.

Além disso, a emergência ambiental provoca ameaças sem precedentes, fruto de modelos crescentes que se centram exclusivamente na obtenção de lucros e são incompatíveis com um desenvolvimento sustentável e democrático. Todas essas crises afetam ainda mais as pessoas vulneráveis e que correm o risco de serem excluídas da educação, em particular pessoas com origens socioeconómicas desfavorecidas, minorias étnicas e comunidades rurais, pessoas com deficiência e necessidades especiais. Também, as medidas de emergência implementadas pelos Governos são especialmente duras para as mulheres sobretudo em sectores em que a maioria, são trabalhadoras, como é o caso da educação.

A Educação é crucial para impulsionar a mudança social necessária para garantir um futuro sustentável e equitativo e os sindicatos da educação desempenham um papel crucial na promoção da diversidade, igualdade e inclusão em tempos de emergência e lideram solidariamente as reformas sociais para moldar uma sociedade futura baseada nos princípios da democracia, justiça social, equidade e sustentabilidade.

Portanto, com o objetivo de garantir o respeito e o progresso da inclusão e igualdade na educação durante e após a pandemia COVID-19 e em potenciais crises futuras de saúde, socioeconômicas, ambientais ou outras, este Comitê Permanente recomenda e incentiva as organizações sindicais membros a:

- Garantir que todas as medidas e adaptações no ensino de emergência, (por ex: ensino remoto/híbrido) colocados em prática pelos Governos durante a crise, sejam elaborados e acordados com os Sindicatos de educação e permaneçam como medidas de emergência. Eles não são precedentes para um “novo normal” no futuro;

- Garantir que professores, académicos e outro pessoal da educação estejam ativamente envolvidos quando novas abordagens pedagógicas e modelos organizacionais na educação são desenvolvidas para lidar com várias crises;

- Garantir ambientes de trabalho e aprendizagem seguros com o objetivo de não deixar nenhum professor ou aluno para trás e garantir que grupos sociais vulneráveis, incluindo migrantes e refugiados, pessoas com deficiência, pessoas em desvantagem socioeconômica, minorias étnicas, pessoas LGBTI e outros, fornecido com suporte e proteção direcionados;

- Fortalecer e fazer uso do diálogo social e dos instrumentos de negociação coletiva para negociar com os Governos e autoridades educacionais o fornecimento de tempo suficiente, recursos financeiros e humanos, equipamento técnico adequado e infraestrutura na educação, bem como alternativas benéficas à educação de emergência que garantam a inclusão e ambientes de ensino e aprendizagem de apoio (por ex: currículo adaptado, turmas menores, recrutamento de professores adicionais e pessoal do apoio, etc.);

- Pressionar para aumentar o financiamento público sustentável na educação inclusiva, incluindo a alocação de recursos extras para situações de emergência. Defender a gestão e redistribuição de recursos públicos em programas de recuperação para promover a educação pública, incluindo medidas que combatam a exclusão social e as desigualdades entre os alunos;

- Capacitar os associados das organizações sindicais para lidarem com situações de emergência através da formação e de vários meios de apoio profissional, bem como incentivar os seus filiados a cooperar e compartilhar as suas experiências (por ex: plataformas para garantir a inclusão durante o ensino online, ativismo sindical online, apoio à saúde mental, etc.);



- Abordar o impacto desproporcional das situações de emergência sobre a igualdade de género no setor da educação e na sociedade. Incluindo aumento da carga de trabalho, equilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal, bem-estar psicossocial, desigualdades nas condições de remuneração, emprego e outras questões relacionadas com as condições de trabalho;

- Pressionar para que o ensino digital seja uma ferramenta de apoio para fornecer educação de alta qualidade e inclusiva não como um instrumento barato para substituir a profissão docente mas para garantir que as novas tecnologias não levem a demissões em massa de professores;

- Continuar a defender a valorização da profissão docente e enfatizar o papel-chave da educação pessoal na promoção da igualdade e inclusão na sociedade em geral;

- Defender avaliações de risco regulares em instituições de educação e exigir compensação adequada para a carga de trabalho extra assumida pelo pessoal de educação para garantir igualdade e inclusão em tempos de emergência;

- Pressionar para fazer um melhor alinhamento do apoio social em tempos de emergência, garantindo que as instituições de ensino se concentrem na oferta de educação de alta qualidade e não sejam usadas como substitutos, das instituições de apoio social.

Março 2021
Laura Valente Rocha
FNE

A Educação é crucial para impulsionar a mudança social necessária para garantir um futuro sustentável e equitativo e os sindicatos da educação desempenham um papel crucial na promoção da diversidade, igualdade e inclusão em tempos de emergência.

THANK YOU!
OUR FRONTLINE
HEROES

ETUCE
Standing Committee
for Equality

*Education Trade Unions
ensuring equality and
inclusive education
in times of emergency*

16-17 February 2021

Susan Flocken
susan.flocken@csee-...@etuce.org

CSEE
ETUCE

EVITAR LESÕES MUSCULOESQUELÉTICAS

As lesões musculoesqueléticas (LME) são a principal queixa de saúde dos trabalhadores nos locais de trabalho europeus, com um impacto substancial na saúde, nas empresas e nas economias nacionais. Elas atingem todos os setores de atividade, incluindo a Educação.

Cerca de três em cada cinco trabalhadores da União Europeia apresentaram queixas relativas a LME, no sexto inquérito europeu sobre as condições de trabalho, de 2015, da Eurofound - Fundação Europeia para a Melhoria das Condições de Vida e de Trabalho.

De um modo geral, o inquérito concluiu que as desigualdades estruturais e as diferenças em termos de género, estatuto profissional e profissão são ainda significativas. No entanto, convém sublinhar que, nos últimos quinze anos, registaram-se progressos limitados em alguns aspetos da qualidade do emprego.

As LME relacionadas com o trabalho são perturbações das estruturas corporais, tais como músculos, articulações e tendões, que são provocadas ou agravadas principalmente pelo trabalho ou pelos efeitos do ambiente de trabalho direto. Podem ser altamente prejudiciais para a qualidade de vida e capacidade de trabalho de uma pessoa, sendo uma das causas mais comuns de deficiência, baixa por doença e reforma antecipada.

As LME mais comuns são as dores nas costas e dores musculares nos membros superiores. Os fatores físicos, organizacionais, psicossociais e individuais podem contribuir para o seu desenvolvimento. Além do impacto na saúde dos trabalhadores elas também provocam efeitos negativos nas empresas e nas economias nacionais.



De acordo com o inquérito europeu às empresas sobre riscos novos e emergentes de 2019, o fator de risco mais frequentemente identificado na UE-27 são os movimentos repetitivos da mão ou do braço. Outros riscos relacionados com LME incluem estar sentado por longos períodos, a elevação ou deslocação de pessoas ou cargas pesadas, pressões em matéria de tempo e posições cansativas ou dolorosas.

É essencial que todos trabalhem em conjunto para prevenir as LME no local de trabalho. Para que a avaliação e prevenção dos riscos sejam eficazes, os empregadores e os trabalhadores devem manter-se informados e receber formação contínua. Se os trabalhadores se sentirem à vontade para debater a sua saúde física é mais provável que cuidem de si próprios e procurem apoio e tratamento precoces.

As LME são evitáveis e controláveis. Para fazer face ao problema é fundamental adotar uma abordagem integrada, assente nos princípios da Diretiva-Quadro de SST, e promover uma cultura de prevenção que envolva empregadores e trabalhadores.

As LME representam um encargo importante para as empresas e para as economias, devido ao absentismo, presentismo (sentir dor no local de trabalho) ou reforma antecipada ou forçada. Por isso, faz sentido, na perspetiva do empregador, investir na prevenção, evitando a lesão ou a sua ocorrência, até porque as LME são controláveis e podem ser evitadas.

A intervenção precoce é essencial para impedir que as LME se tornem crónicas. Além disso, as pessoas com doenças crónicas devem receber apoio para regressar ao trabalho e nele permanecer. Este aspeto é particularmente importante, porque à medida que a população da Europa envelhece o número de pessoas que vivem com LME crónicas aumenta.

A boa comunicação e a avaliação participativa dos riscos são fundamentais para identificar as necessidades de cada trabalhador, encontrar soluções adequadas e gerir as LME.

Mapa corporal

Um mapa corporal é uma imagem que mostra a(s) parte(s) do corpo do trabalhador afetada(s) e onde é referida a sintomatologia provocada pelo seu trabalho.

Mapeamento de perigos

Um mapa de perigos mostra onde existem situações com potencial para determinar consequências para a segurança e saúde no trabalho. Essas consequências podem surgir como doenças, lesões ou situações de stresse para os trabalhadores.

Organizacionais

A forma como o trabalho é organizado em termos de número de horas de trabalho consecutivas, oportunidades de pausas, o ritmo do trabalho e a variação das tarefas de trabalho, afetam o peso das tarefas físicas.

Perigo

Evento físico, fenómeno ou atividade humana potencialmente prejudicial, que pode causar perda de vidas ou lesões, danos materiais, grave perturbação da vida social e económica ou degradação ambiental.

Postura estática

Uma postura estática é uma postura mantida por um longo período de tempo. Os exemplos incluem a posição de pé, a posição sentada ou a posição ajoelhada.

Postura sentada dinâmica ou em movimento

Movimento ou mudança de postura na posição sentada.

De acordo com o inquérito europeu às empresas sobre riscos novos e emergentes de 2019, o fator de risco mais frequentemente identificado na UE-27 são os movimentos repetitivos da mão ou do braço.



DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA DE 26 FEV. A 25 MAR. DE 2021

[Decreto nº 3-F/2021 DR nº 40/2021](#)
[Série I de 2021-02-26](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Despacho nº 2215/2021 - DR nº 41/2021](#)
[Série II de 2021-03-01](#)

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública, Educação e Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e dos Secretários de Estado da Administração Pública, Adjunto e da Educação e Adjunto, do Trabalho e da Formação Profissional
Altera o Despacho nº 3651-A/2019, de 1 de abril, que cria o grupo de projeto do Programa Internacional para a Avaliação das Competências dos Adultos (PIAAC), e cria a respetiva Comissão de Acompanhamento.

[Portaria nº 47/2021 - DR nº 42/2021](#)
[Série I de 2021-03-02](#)

Educação
Estabelece medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia causada pela doença COVID-19 no âmbito dos apoios financeiros atribuídos às associações de jovens no ano de 2021.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 11/2021](#)
[DR nº 43/2021, Série I de 2021-03-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Cria um programa extraordinário de estágios na administração direta e indireta do Estado, destinado à carreira de técnico superior.

[Resolução do Conselho de Ministros](#)
[nº 16-A/2021](#)

[DR nº 46/2021, Série I de 2021-03-08](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Autoriza a despesa com a aquisição de serviços de realização de testes rápidos de antigénio em estabelecimentos de ensino públicos e em respostas sociais de apoio à infância do setor social e solidário.

[Portaria nº 52-A/2021-DR nº 47/2021](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-03-09](#)

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação
Fixação das vagas do concurso externo dos quadros de zona pedagógica e do ensino artístico especializado da música e da dança.

[Portaria nº 52-B/2021-DR nº 47/2021](#)
[1º Suplemento, Série I de 2021-03-09](#)

Finanças, Modernização do Estado e da Administração Pública e Educação
Fixação das vagas do concurso interno dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas e do ensino artístico especializado da música e da dança.

[Aviso nº 4493-A/2021-DR nº 48/2021](#)
[2º Suplemento, Série II de 2021-03-10](#)

Educação - Direção-Geral da Administração Escolar
Abertura do procedimento concursal de educadores de infância e de professores dos ensinos básico e secundário para o ano escolar de 2021/2022.

[Decreto do Presidente da República](#)
[nº 25-A/2021-DR nº 49/2021](#)

[2º Suplemento, Série I de 2021-03-11](#)

Presidência da República
Renova a declaração do estado de emergência, com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública.

[Resolução da Assembleia da República](#)
[nº 77-B/2021 DR nº 49/2021](#)

[2º Suplemento, Série I de 2021-03-11](#)

Assembleia da República
Autorização da renovação do estado de emergência.

[Decreto nº 4/2021-DR nº 50-A/2021](#)
[Série I de 2021-03-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Regulamenta o estado de emergência decretado pelo Presidente da República.

[Resolução do Conselho de Ministros
nº 19/2021](#)

[DR nº 50-A/2021, Série I de 2021-03-13](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece uma estratégia de levantamento de medidas de confinamento no âmbito do combate à pandemia da doença COVID-19.

[Decreto-Lei nº 19/2021-DR nº 51/2021
Série I de 2021-03-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera o modelo de ensino e formação na Administração Pública, cria o Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA, I. P.), e extingue a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas.

[Decreto-Lei nº 21/2021-DR nº 51/2021
Série I de 2021-03-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Aprova a orgânica do Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva da Administração Pública.

[Decreto-Lei nº 22-A/2021-DR nº 53/2021
1º Suplemento, Série I de 2021-03-17](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Prorroga prazos e estabelece medidas excecionais e temporárias no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Resolução da Assembleia da República
nº 80/2021-DR nº 53/2021
1º Suplemento, Série I de 2021-03-17](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo a vinculação extraordinária dos docentes de técnicas especiais.

[Declaração de Retificação nº 208/2021
DR nº 54/2021, Série II de 2021-03-18](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação
Retifica o Despacho nº 1689-A/2021, de 10 de fevereiro, publicado no DR, 2.ª série, nº 30, suplemento, de 12 de fevereiro de 2021. [Altera o calendário de funcionamento das atividades educativas e letivas dos estabelecimentos de ensino e o calendário das provas e exames]

[Decreto-Lei nº 22-D/2021-DR nº 56/2021
1º Suplemento, Série I de 2021-03-22](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19 na área da educação.

[Despacho Normativo
nº 10-A/2021, DR nº 56/2021](#)

[2º Suplemento, Série II de 2021-03-22](#)

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação
Determina a aprovação do Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para o ano letivo 2020/2021.

[Resolução do Conselho de Ministros
nº 33-A/2021-DR nº 58/2021](#)

[1º Suplemento, Série I de 2021-03-24](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Estabelece medidas de apoio no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

[Declaração de Retificação
nº 9-B/2021, DR nº 58/2021,
1º Suplemento, Série I de 2021-03-24](#)

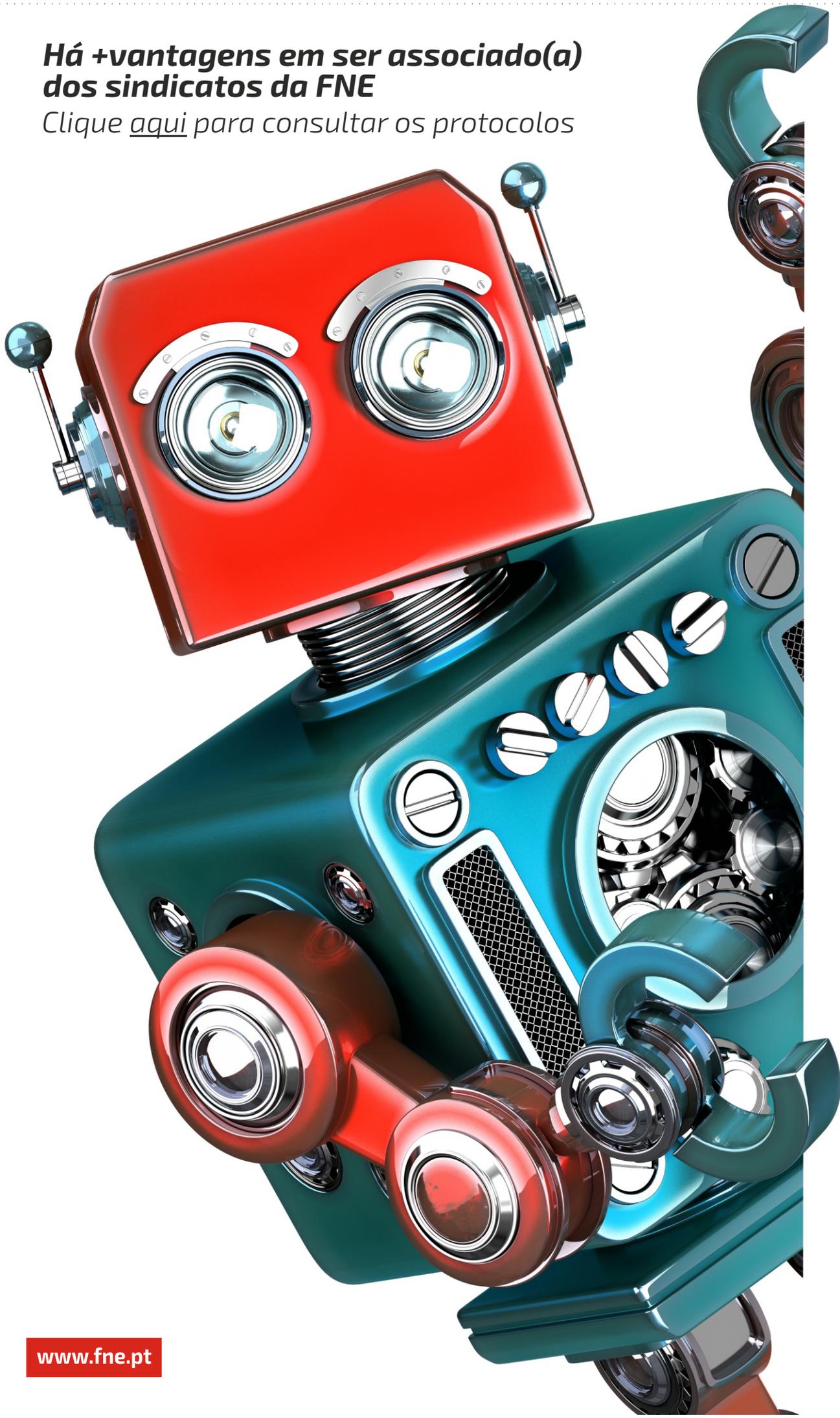
Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral
Retifica o Decreto nº 4/2021, de 13 de março, da Presidência do Conselho de Ministros, que regulamenta a prorrogação do estado de emergência decretado pelo Presidente da República, publicado do DR, 1.ª série, nº 50-A, de 13 de março de 2021.



+vantagens fne

Há +vantagens em ser associado(a) dos sindicatos da FNE

Clique [aqui](#) para consultar os protocolos





DESAFIOS AOS SINDICATOS NO PÓS-PANDEMIA



ABRIL

15



José Cordeiro

Secretário-Geral
Adjunto da UGT

22



António Fonseca

Presidente do MAIS

29



José Abraão

Secretário-Geral do
SINTAP e da FESAP

MAIO

6



Mário Mourão

Presidente da
Direção do SBN

13



Rui Miranda

Secretário-Geral
do SINDEL

20



Carlos Silva

Secretário-Geral
da UGT

Ciclo de Webinários
com Dirigentes Sindicais

ABR a MAI 2021 | 17h00 às 18h00



facebook.com/fneduca
facebook.com/canal4pt



AFIET

CANAL • WWW.CANAL4.PT